

| | | |
|--|--|---|
|  <p>"Quão Difícil Nos Temos Movido"</p> | <p>ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 26/09 05 de Novembro de 2009</p> |  <p><small>Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.</small></p> |
|  | <p>Primeiros sinais... Preocupantes.</p> |  |

A legislatura anterior, traduziu-se no mais feroz ataque à Condição Militar e à Dignidade dos homens e mulheres que servem Portugal nas Forças Armadas.

Durante a sua vigência o MDN teve dois titulares, sendo que Severiano Teixeira ocupou a pasta em cerca de 2/3 da legislatura, período em que não tendo resolvido nenhum dos problemas sócio-profissionais dos militares que herdou, os agravou, tendo mesmo criado novos e complicados problemas que deixou como herança ao Governo recentemente empossado.

Muitos dos problemas agravados e criados na anterior legislatura, tiveram como matriz o Incumprimento da legislação em vigor, em que sobressaiu a total ausência de diálogo com as Associações Profissionais de Militares (APM), a feita de legislação com vista a dificultar o funcionamento dessas mesmas Associações – Estatuto do Dirigente Associativo e legislação com objectivos claros de reprimir todos os que ousarem discordar dos objectivos políticos do Governo – alteração do RDM e das leis que permitem o acesso dos militares aos Tribunais.

O Governo agora empossado, resulta das eleições de 27 de Setembro, nas quais o Povo Português retirou a maioria absoluta que o PS antes detinha, razão pela qual o quadro político se alterou substancialmente, impondo ou devendo impôr uma maior disponibilidade para o diálogo por parte do Governo.

Os primeiros sinais da governação na área da Defesa Nacional são preocupantes, senão vejamos:

- no programa de Governo apresentado na Assembleia da República, nas quase cinco páginas dedicadas à Defesa Nacional (pág. 118 a 122), nem uma única palavra sobre a intenção de cumprir com a Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto, e, de criar condições que proporcionem um diálogo construtivo e sério com as Associações de Militares;

- por sua vez, o actual ministro – Augusto Santos Silva – na primeira intervenção pública, proferida no Instituto de Defesa Nacional, também se pautou pela omissão relativamente ao diálogo com as APM, elegendo o IDN como palco privilegiado para o debate e o encontrar dos consensos relativos a matéria de Defesa.

Na sua segunda intervenção, agora na Base Aérea n.º 6, no Montijo, omitiu completamente os graves atropelos e retrocessos, contidos no DL 296/2009 (Sistema Retributivo), em claro prejuízo para a categoria de Sargentos, abordando exclusivamente a falaciosa preocupação com os pilotos, como se as Forças Armadas fossem apenas constituídas por aquele grupo profissional.

Como se verifica, importa mantermo-nos Firmes e Unidos até que a Lei se Cumpra!

A Direcção

Lisboa, 05 de Novembro de 2009